

Questões de conjunto: apresentação do dossiê *Conjuntos multicomunitários nas terras baixas sul-americanas*

Antonio Guerreiro¹, Adriana Queiroz Testa² e Aline Iubel³

Os trabalhos reunidos neste dossiê resultam de um seminário realizado na Universidade Estadual de Campinas nos dias 22 e 23 de novembro de 2018, como atividade do projeto “Sistemas regionais ameríndios em transformação: o caso do Alto Xingu” (proc. FAPESP 2013/26676-0). Nosso interesse, na ocasião, foi discutir questões que aparecem com frequência nas etnografias de algumas formações sociais multiétnicas e multilíngues das terras baixas sul-americanas, tais como: a articulação de coletivos pela troca e pelo ritual, a produção de unidades sociais heterogêneas e de escalas variadas, formas de hierarquia, e modos como diferentes sistemas de parentesco parecem estar associados a configurações distintas de organização supralocal. O evento reuniu trabalhos sobre o Alto Xingu, o Alto Rio Negro, o complexo Timbira e os Guarani.

Antes de mais nada, cabe esclarecer o sentido do conceito de “conjunto multicomunitário” utilizado no título desse dossiê, pois ele expressa uma questão de ordem geral: que tipos de ferramentas conceituais podem ser úteis para pensar essas formações sociopolíticas e torná-las comparáveis, sem os riscos de essencializá-las nem dissolver suas singularidades? Nas últimas duas décadas, a imagem da Amazônia indígena mudou radicalmente com a ampliação dos diálogos entre a arqueologia, a linguística e a antropologia, colocando em primeiro plano a relevância de investigações sobre o que alguns autores chamam de “sistemas regionais”, tanto para o entendimento da história do subcontinente na longa duração, quanto para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de formações sociopolíticas multiétnicas e multilíngues (HECKENBERGER, 2001, 2002; HORNBORG, 2005; HORNBORG; HILL, 2011). Para dar conta disso, a literatura tem evocado, com precisão variável, conceitos como “sistemas regionais”, “sociedades multiétnicas”, “redes”, “comunidades morais”, “nexos endogâmicos”, “conjuntos”: uma miríade de noções que, sem se excluírem mutuamente, enfatizam diferentes características das relações supralocais nas terras baixas. O conceito de “sistema regional”, em particular, parece ocupar uma posição paradoxal nessa constelação. Ora ele se apresenta com um sentido analítico bem definido, referindo-se a formas de integração social, econômica e territorial (geralmente invocando imagens

1 Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: jrguerreiro@gmail.com.

2 Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: aqtesta@yahoo.com.br.

3 Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: alineiubel@gmail.com.





diversas de centralização política), mas sem muitos referentes empíricos claros; ora é utilizado para se referir a contextos etnográficos circunscritos, mas sem uma definição conceitual muito precisa (para sínteses dessas discussões ver, por exemplo, VIDAL, 1999; HECKENBERGER, 2002; NEVES, 2009; HUGH-JONES, 2013; CLEMENT et al., 2015). Como alternativa, propomos uma releitura do conceito de “conjuntos multicomunitários” de Pierre Clastres (2003), em diálogo com seu uso por Bruce Albert (1985) e com os trabalhos de Nancy Munn (1990, 1992) e Stephen Hugh-Jones (2013)⁴.

Em “Independência e exogamia”, Clastres (2003) chamava de conjuntos multicomunitários coletivos supralocais que se formavam para a guerra, tendo como base alianças matrimoniais estabelecidas entre eles. Tais conjuntos não formariam unidades políticas englobantes e perenes, mas blocos de ação coordenada em momentos nos quais precisassem se opor a um inimigo comum. Terminada a guerra, a ação conjunta se esfacelaria, mas restariam entre os grupos os laços criados pela troca. Albert (1985) retoma o conceito de Clastres para se referir a unidades políticas não nomeadas entre os Yanomami, formadas por relações de afinidade: grupos que, ligados por vínculos de casamento, podem agir como um só no ataque a um inimigo e são os parceiros por excelência na realização de rituais mortuários.

Esse conceito é especialmente interessante por colocar em foco as formas da *troca* pelas quais unidades políticas maiores podem ser produzidas para a ação política e mantidas em “estado de latência”, sem que isso implique na emergência de qualquer forma de centralização. Com ele, Clastres chama a atenção para como tais coletivos se situariam em uma posição intermediária entre a “vontade de autonomia e indivisão”, que ele atribui às sociedades amazônicas, de um lado, e às confederações produzidas por múltiplas formas de aliança, de outro. Trata-se de uma noção que não parece definir um *objeto*, mas um *tipo de movimento*, ou, melhor, *movimentos em estado contínuo de transição*: a expansão, a contração e a segmentação de redes de trocas. Por um lado, o conceito permite abordar contextos consagrados na literatura como “sistemas regionais” ou “sociedades multiétnicas” – como o Alto Xingu e o Alto Rio Negro –, definidas em grande medida pela criação de uma certa noção de “interioridade” marcada por trocas institucionalizadas de vários tipos (e com graus diversos de competitividade e violência), em contraste com um (sempre relativo e móvel) “exterior”. Por outro lado, ele permite ver tais contextos de modo próximo a um panorama ameríndio mais amplo, desconstruindo imagens que possam reificar dinâmicas supralocais sob a forma de “sociedades” (STRATHERN, 1996), perspectiva que nos sugere aproximações com contextos como o Timbira e o Guarani.

Contudo, o conceito de “troca” tal como utilizado por Clastres parece ter uma limitação, que seria entendê-la como algo que se dá entre parceiros (“sociedades”) previamente existentes. Como alternativa, propomos um diálogo como a perspectiva de Nancy Munn sobre o *kula*, na qual a troca é percebida como uma ação capaz de produzir transformações de valor por meio da

4 Viveiros de Castro (2002) também utiliza o conceito, tal como mobilizado por Bruce Albert, ao sugerir a necessidade de comparação de morfologias sociais supralocais na Amazônia.

expansão ou da contração do que ela chama de “espaços-tempo intersubjetivos”. Segundo Munn, um espaço-tempo é uma forma multidimensional de relacionar o *self* a outros, que implica modos de perceber, interagir, lembrar, planejar – atos que podem envolver pessoas copresentes, mas também pessoas que podem estar separadas no tempo, no espaço, ou em ambos (MUNN, 1992; 1990). Mais do que “conectar” entidades separadas (o que guardaria ainda uma proximidade ao idioma das “partes” e dos “todos”, pouco adequada aos contextos amazônicos e outros – cf. também STRATHERN, 1996), a troca pode ser lida a partir do seu potencial para ampliar as referências espaço-temporais que as pessoas têm para suas relações com outras. Assim, a troca se mostra capaz de projetar relações no tempo e ampliar seu alcance sociopolítico, independentemente de ocorrer entre poucos sujeitos singulares, ou tomar a forma de reciprocidades rituais entre coletividades mais amplas.

Repensar os conjuntos comunitários a partir dessa visão da troca permitiria propor perguntas em comum para os diferentes contextos com os quais trabalhamos, tais como: quais são as formas da troca em cada um deles? como elas produzem transformações espaço-temporais que modificam as escalas da socialidade? Este seria, ainda, um modo de colocar sob análise os mecanismos por trás do que Stephen Hugh-Jones argumenta ser o fundamento dos chamados “sistemas regionais” ameríndios: a expansão de características da socialidade do grupo local para uma escala supralocal e mesmo interétnica (HUGH-JONES, 2013). Optamos, assim, por falar em “conjuntos multicomunitários” como *ponto de partida* para nossa discussão (e não como ponto de chegada).

Nas dinâmicas que dão forma aos conjuntos multicomunitários focalizados nesse dossiê, observa-se que a troca frequentemente se associa a deslocamentos espaciais realizados em menor ou maior escala territorial, como ocorre em visitas rituais, em casos de exogamia local e na fundação de novas aldeias, para citar alguns exemplos. Para abordar experiências coextensivas de troca e mobilidade, propomos a adoção do conceito de *circulação*, que abrange essas duas ordens de fenômenos, conforme a definição de Gregory (1982).

A fim de construir meios de diálogo entre diferentes contextos, foram escolhidos três problemas etnográficos e analíticos: 1) como diferentes modos de circulação de pessoas, coisas e saberes atuam na produção e dissolução de coletivos em diferentes escalas; 2) como o parentesco atua na constituição e nas dinâmicas desses conjuntos, com especial interesse pelos tipos de estrutura de parentesco que os caracterizam e por suas relações com a política; e 3) como as dinâmicas de circulação (mobilidade espacial e trocas implicadas nas relações de parentesco, alianças políticas, transmissão de coisas e saberes) estão associadas à produção da territorialidade.

Se os trabalhos reunidos aqui não deixam dúvida quanto à validade do uso de conceitos diversos como “conjuntos multicomunitários”, “sistemas regionais”, “redes” etc., eles não chegam a estabelecer um consenso quanto à exclusividade de um ou outro como mais adequado à descrição dos contextos abordados. Ao contrário, reforçam uma ideia ressaltada ao fim de nosso seminário por um dos debatedores – Marcio Silva – de que cada um desses conceitos oferece alternativas possíveis de descrição, análise e comparabilidade, desde que ofereçam também condições de teste.





Assim, esse dossiê explora uma diversidade de formas de “ser-conjunto” (para usar um termo de Clastres) das unidades sociais observáveis, e os termos utilizados para descrever o funcionamento desses conjuntos parecem fortalecer a ideia de que seus elementos potencialmente “agregadores” também não são únicos ou exclusivos, estando sujeitos a contínuas transformações. É desse ponto de vista, por exemplo, que novas dinâmicas ou elementos (como recursos advindos de benefícios sociais, ou as relações entre movimento indígena e política partidária) são tratados como constitutivos desses conjuntos, na medida em que os reconfiguram.

Referências bibliográficas

ALBERT, B. Temps du sang, temps des cendres: représentation de la maladie, système rituel et espace politique chez les Yanomami du sud-est (Amazonie brésilienne). Paris: Université de Paris X, 1985.

CLASTRES, P. Independência e Exogamia. In: A Sociedade Contra o Estado. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 65–93.

CLEMENT, C. R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B*, v. 282, p. 1–9, 2015.

GREGORY, C. A. Gifts and commodities. London ; New York: Academic Press, 1982.

HECKENBERGER, M. J. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. J. (Eds.). Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. p. 21–62.

HECKENBERGER, M. J. Rethinking the Arawakan Diaspora: Hierarchy, Regionality, and the Amazonian Formative. In: HILL, J. D.; SANTOS-GRANERO, F. (Eds.). Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2002. p. 99–122.

HECKENBERGER, M.; NEVES, E. G. Amazonian Archaeology. *Annual Review of Anthropology*, v. 38, p. 251–266, 2009.

HORNBORG, A. Ethnogenesis, Regional Integration, and Ecology in Prehistoric Amazonia: Toward a System Perspective. *Current Anthropology*, v. 46, n. 4, p. 589–620, 2005.

HORNBORG, A.; HILL, J. D. Introduction: Ethnicity in Ancient Amazonia. In: HORNBORG, A.; HILL, J. D. (Eds.). Ethnicity in Ancient Amazonia. Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistics, and Ethnohistory. Boulder: University Press of Colorado, 2011. p. 1–27.

HUGH-JONES, S. Brideservice and the Absent Gift. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 19, n. 2, p. 356–377, 2013.

MUNN, N. D. Constructing Regional Worlds in Experience: Kula Exchange, Witchcraft and Gawan Local Events. *Man, New Series*, v. 25, n. 1, p. 1–17, 1990.

_____. *The Fame of Gawa: A Symbolic Study of Value Transformation in a Massim (Papua New Guinea) Society*. Durham & London: Duke University Press, 1992.

STRATHERN, M. The concept of society is theoretically obsolete. In: INGOLD, T. (Ed.). *Key Debates in Anthropology*. London & New York: Routledge, 1996. p. 45–80.

VIDAL, S. M. Amerindian Groups of Northwest Amazonia. Their Regional System of Political-Religious Hierarchies. *Anthropos*, v. 94, n. 4/6, p. 515–528, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O problema da afinidade na Amazônia. In: São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 87–180.

